STJ00109165

DÉCIO POLICASTRO
Advogado

ERRO MÉDICO
E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

5ª edição
(revista, atualizada e ampliada)

Del Rey
Belo Horizonte
2019

STJ00109165

Copyright © 2019 Editora Del Rey Ltda.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | Printed in Brazil
EDITORA DEL REY LTDA

www.editoradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(In memoriam)

Diagramação / Capa: Alfstudio

Revisão: Isabel Noll Santiago

EDITORA
Rua dos Goitacazes, 71 - Lojas 20 a 24
Centro - Belo Horizonte-MG
CEP 30190-909
Comercial:
Tel.: (31) 3284-3284 | 2516-3340
vendas@editoradelrey.com.br
Editorial:
editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:
Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaio Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

1164323

P766e Policastro, Décio
Erro médico e suas consequências jurídicas / Décio Policastro. — 5. ed. rev., atual. e ampl. — Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

xxvi, 430 p. — Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-384-0568-9

1. Erro médico 2. Responsabilidade (Direito) 3. Ética médica 4. Médico e paciente 5. Hospitais – Responsabilidade civil 6. Danos (Direito) I. Título

CDU (1976) 347.56:614.25

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço CRB 6/3167.

Ortografia de acordo com a 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), publicada pela Academia Brasileira de Letras em março de 2009.

STJ00109165

SUMÁRIO

NOTA À 5ª EDIÇÃO XVII

CONSELHOS DE ESCULÁPIO XIX

ABREVIATURAS XXIII

1. ERRO MÉDICO. ERRO DO MÉDICO 1

2. O SURGIMENTO DA RESPONSABILIDADE MÉDICA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL 5
   2.1. Limites da autonomia da vontade do paciente e responsabilidade Médica 8

3. OBRIGAÇÃO DE MEIOS E NÃO DE RESULTADO 13
   3.1. A cirurgia plástica. Estética e Reparadora 17

4. DIREITOS DO PACIENTE 29
   4.1. Direitos do médico 34

5. PROTEÇÃO AO IDOSO 37

6. ALGUMAS LEIS DE PROTEÇÃO AOS ENFERMOS, ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E À SAÚDE DA MULHER 43
   Sistema Único de Saúde (SUS) 43
   Planos e seguros privados de assistência à saúde 43
   Isenção do Imposto de Renda 43
   Proteção à criança e adolescente 44
   Assistência à saúde da mulher 45
   Levantamento dos valores correspondentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) 45
   Neoplasia Maligna (câncer) 46
   Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis 46
   Pessoas com deficiência 47
   Portadores de HIV e doentes de AIDS 50
   Portadores de transtornos mentais 51
   Previdência Social, auxílio doença e aposentadoria por invalidez; período de carência 51
   Atendimento e internação domiciliares 51

STJ00109165

7. DEVER DE VISITA AO PACIENTE HOSPITALIZADO 53

8. RESPONSABILIDADE PELOS EXAMES LABORATORIAIS 55

9. A RECEITA MÉDICA. RESPONSABILIDADE DAS FARMÁCIAS 63

10. RESPONSABILIDADE EM TRANSFUSÕES DE SANGUE 71
10.1. As Testemunhas de Jeová 77

11. DANO. MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. QUANDO SURGE O DEVER DE REPARAR. ATO ILÍCITO. CONFIGURAÇÃO. VERIFICAÇÃO DA CULPA. NEXO CAUSAL 89
11.1. Dano reflexo ou em ricochete 101

12. O RESULTADO MÉDICO ADVERSO – DANO DESCULPÁVEL 105
12.1. Iatrogenia. O dano sem culpa 108

13. ERRO DE DIAGNÓSTICO 113

14. DEVER DE INFORMAR 119

15. CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PACIENTE 123

16. DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS 129

17. RESPONSABILIDADE DO MÉDICO POR ABANDONO DO PACIENTE 135

18. CUIDADOS PALIATIVOS. TRATAMENTO PALIATIVO. ORTOTANÁSIA. EUTANÁSIA. SUICÍDIO ASSISTIDO. DISTANÁSIA 139
18.1. Excesso terapêutico 144
18.2. Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV). Testamento vital 148

19. SIGILO MÉDICO 153
19.1. O prontuário médico. Importância e sigilo 156

20. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ANESTESIOLOGISTA E DO CIRURGIÃO 163
20.1. Erro de lateralidade nas cirurgias 171

21. RESPONSABILIDADE DOS HOSPITAIS. Erro médico em pacientes hospitalizados 175
21.1. Dever de hospedagem 183
21.2. Danos causados por empregados e prepostos 190
21.3. Danos causados por infecção hospitalar 199
21.3.1. Reuso ou reaproveitamento de produtos médicos 207

STJ00109165

22. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 211

23. PLANOS DE SAÚDE. RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES PRIVADAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE 225

24. DE QUEM É A OBRIGAÇÃO DE PROVAR O ERRO MÉDICO. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 249

24.1. A inversão do ônus da prova nas ações de erro médico e a teoria da carga dinâmica do ônus da prova 255

25. LUGAR ONDE A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PODE SER PROPOSTA 263

26. PRAZO PARA PROPOR A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO 267

26.1. Como contar o prazo na vigência do antigo Código Civil (Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916) 271

BIBLIOGRAFIA 273

ANEXOS 281

ALGUMAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA DE INTERESSE GERAL 281

Anencefalia – Diagnóstico para antecipação terapêutica do parto (Resolução CFM n. 1.989/2012) 283

Anticoncepção de emergência – Normas éticas (Resolução CFM n. 1.811/2006) 286

Atestados médicos – Emissão e normas (Resolução CFM n. 1.658/2002) 288

Consulta médica (Resolução CFM n. 1.958/2010) 291

Consulta médica em domicílio – internet, aplicativos móveis ou similares (Resolução CFM n. 2.178/2017) 294

Declaração de Óbito – Responsabilidade médica no preenchimento – Fornecimento (Resolução CFM n. 1.779/2005) 297

Doente em fase terminal de enfermidade grave e incurável – Suspensão de procedimentos e tratamentos (Resolução CFM n. 1.805/2006) 300

STJ00109165

Equipe cirúrgica – Composição – Responsabilidade do cirurgião titular
(Resolução CFM n. 1.490/98) 302

Especialidades médicas e áreas de atuação médicas reconhecidas
(Resolução CFM n. 2.221/2018) 303

Exercício da Medicina – interdição por doença incapacitante
(Resolução CFM n. 1.990/2012) 308

Morte encefálica de não doador – Suspensão dos procedimentos
de suportes terapêuticos – Legalidade e caráter ético
(Resolução CFM n. 1.826/2007) 311

Prontuários médicos e fichas médicas
– Requisições de autoridades judiciais, policiais e do Ministério Público
(Resolução CFM n. 1.605/2000) 313

Propaganda em Medicina
(Resolução CFM n. 1.974/2011) 315

Trabalhador – Médicos do trabalho
(Resolução CFM n. 2183 / 2018) 322

Transfusão de sangue – Recusa – Motivos religiosos
– Preservação da responsabilidade médica – Testemunhas de Jeová
(Resolução CFM n. 1.021/1980) 330

Transgenitalismo
(Resolução CFM n. 1.955/2010) 333

Vasectomia – Esterilização cirúrgica masculina
(Resolução CFM n. 1901/2009) 336

ATO MÉDICO
Lei n. 12.842 de 10 de julho de 2013 338

TESTAMENTO VITAL
Diretivas antecipadas de vontade (DAV) – Modelo 342

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ
Declaração de recusa de transfusão de sangue e isenção de
responsabilidade médica – Modelo 345

TRANSPLANTES
Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de
órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e
tratamento e dá outras providências 347

STJ00109165

Decreto n. 9.175, de 18 de outubro de 2017 – Regulamenta a Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.....355

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA 377

Preâmbulo (incisos I a VI).....377

Capítulo I – Princípios fundamentais (incisos I a XXVI) 378

Capítulo II – Direitos dos médicos (incisos I a XI) 380

Capítulo III – Responsabilidade profissional (arts. 1º a 21).....382

Capítulo IV – Direitos Humanos (arts. 22 a 30) 384

Capítulo V – Relação com pacientes e familiares (arts. 31 a 42).....385

Capítulo VI – Doação e transplante de órgãos e tecidos (arts. 43 a 46).....387

Capítulo VII – Relação entre médicos (arts. 47 a 57) 388

Capítulo VIII – Remuneração profissional (arts. 58 a 72) 389

Capítulo IX – Sigilo profissional (arts. 73 a 79).....390

Capítulo X – Documentos médicos (arts. 80 a 91).....391

Capítulo XI – Auditoria e perícia médica (arts. 92 a 98).....393

Capítulo XII – Ensino e pesquisa médica (arts. 99 a 110).....394

Capítulo XIII – Publicidade médica (arts. 111 a 117) 396

Capítulo XIV – Disposições gerais (incisos I a IV).....396

CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO- PROFISSIONAL 398

Capítulo I – Do Processo em Geral.....398

Seção I – Das Disposições Gerais (arts. 1º a 11).....398

Seção II – Da Sindicância (arts. 12 a 17).....400

Seção III – Da Conciliação (art. 18).....400

Seção IV – Do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) (arts. 19 a 24) 403

Seção V – Da Interdição Cautelar do Exercício da Medicina (arts. 25 a 31).....404

Capítulo II – Do Processo em Espécie 406

Seção I – Da Instrução do Processo Ético- Profissional (arts. 32 e 33) 406

– Da Modificação ou Adição ao Relatório Conclusivo da Sindicância (art. 34).....406

– Da Citação do Denunciado (arts. 35 a 37) 407

STJ00109165

	– Da Citação por Edital (art. 38)	408
	– Defesa Prévia (arts. 39 e 40)	408
	– Das Intimações (arts. 41 a 43)	409
	– Revelia (arts. 44 a 47)	410
Seção II	– Das Provas	410
	– Disposições Gerais (arts. 48 a 51)	410
	– Das Provas Ilícitas (art. 52)	411
	– Do Parecer Técnico de Câmara Especializada (art. 53)	411
Seção III	– Da Audiência de Instrução	411
	– Do Depoimento do Denunciante e do Denunciado(arts. 65 a 67)	413
	– Das Testemunhas (arts. 68 a 75)	414
	– Da Acareação (art. 76)	416
	– Da Prova Emprestada (art. 77)	416
	– Das Degravações (art. 78)	416
	– Do Encerramento da Instrução (arts. 79 a 81)	416
Seção IV	– Do Julgamento do PEP no CRM (arts. 82 a 85)	417
	– Do Pedido de Vista (arts. 86 a 93)	418
Seção V	– Dos Recursos em Geral (arts. 94 a 96)	421
	– Da Reclamação para o CFM (art. 97)	422
Seção VI	– Do Julgamento do PEP no CFM (arts. 98 e 99)	422
Seção VII	– Da Execução das Penas (arts. 100 e 101)	423
Seção VIII	– Dos Impedimentos e da Suspeição dos Impedimentos (art. 102)	423
	– Da Suspeição (art. 103)	424
	– Do Incidente de Impedimento ou de Suspeição(arts. 104 e 105)	425
Seção IX	– Das Nulidades Processuais (arts.106 a 111)	426
Capítulo III	– Da Prescrição	426
Seção I	– Das Regras de Prescrição da Pretensão Punitiva (arts. 112 a 115)	426
Seção II	– Prescrição da Pretensão Executória (art. 116)	427
Capítulo IV	– Da Revisão do Processo	427
Seção I	– Das Regras Gerais (arts. 117 a 123)	427
Seção II	– Da Reabilitação Profissional (art. 124)	429
Capítulo V	– Das Disposições Processuais Finais	429
Seção I	– Art. 125	429
Seção II	– Da Fluência dos Prazos (art. 126)	429
Seção III	– Da Entrada em Vigor deste Código (arts. 127 e 128)	429